

---

## NÓBREGA E ANCHIETA: UMA 'LITERATURA EMERGENTE'?

---

*Dulce Maria Viana Mindlin\**

---

### RESUMO

Observação dos textos para teatro produzidos por estes jesuítas no século XVI em duas instâncias: como parte de um projeto mercantil/expansionista; como ratificação das bases filosóficas vigentes, englobadas no conceito foucaultiano da *similitude*.

O trabalho rastreia a presença de Manuel da Nóbrega e de José de Anchieta em diversas histórias da literatura brasileira, tentando detectar o núcleo daquilo que poderia ser considerado *brasileiro* nos textos que ambos escreveram, a despeito de sua configuração aparentemente européia.

---

Falar, escrever, significa: falar  
contra, escrever contra.

Silviano Santiago  
*Uma literatura nos trópicos*

Consideremos uma pequena história citada por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron como epígrafe de *A reprodução*: "O capitão Jonathan/ estando com a idade de dezoito anos,/ captura um dia um pelicano numa ilha do Extremo Oriente./ O pelicano de Jonathan,/ De manhã, põe um ovo inteiramente branco/ E sai daí um pelicano espantosamente parecido com ele./ E esse segundo pelicano/ por sua vez põe um ovo inteiramente branco/ De onde sai, inevitavelmente,/ Um outro que faz o mesmo./ Isso pode persistir por muito tempo/ Se antes não fizermos uma omelete."<sup>1</sup>

Falar em Nóbrega e Anchieta implica necessariamente uma passagem pelo pensamento europeu do século XVI, quer em sua face mercantil e expansionista, quer em sua base conceitual e filosófica. Ambas apontando para procedimentos e resultados muito semelhantes.

1. Do ponto de vista comercial, a expansão ultramarina, com seu conseqüente apelo empresarial, geraria a necessidade de garantir, nas colônias, uma sustentação humana passiva e submissa, para que o gerar riquezas para a Metrópole não sofresse qualquer descontinuidade, uma vez instalado o sistema. Nesse sentido,

---

\* Professora Titular de Literatura Portuguesa do Depto. de Letras da UFG. Doutora em Letras.

1 - A epígrafe está citada em francês, com esta tradução no rodapé. O autor, Robert Desnos.

todas as tentativas foram feitas, com sucesso maior ou menor (das capitânias hereditárias ao governo geral), sem que o fiel da balança se alterasse, na manutenção da hegemonia metropolitana. A catequese, num tal contexto, teria uma funcionalidade a toda prova. Guardiã dos interesses da Coroa, atuaria em duas frentes: de um lado, junto aos colonos, garantindo os “bons costumes” – vale dizer, evitando (ou tentando evitar) toda espécie de desregramento, toda espécie de desvio da rota traçada pela Metrópole, mantendo a ordem e sustentando o *status quo*; de outro, ampliando o espectro, voltando-se para o elemento nativo e tentando aliciá-lo por bem ou por mal. Os relatos dos procedimentos (principalmente dos jesuítas) contemplam desde os sacrifícios e martírios a que eram submetidos os nobres sacerdotes até aqueles em que a ingenuidade do discurso se impõe como chave de leitura, por não quisermos acreditar em outra menos... inocente, admitamos, para dizer o mínimo:

*O último sistema era o das “caçadas mansas”. Conforme Lozano (Historia de la Conquista, livro I, c. XIX) os guaiáquis eram tão rudes e ariscos que não houve meio de os missionários entrar em contato com eles. Desejosos, contudo, de fazer desses infelizes, filhos de Deus, os missionários jesuítas mandaram contra eles uma forte escolta de índios robustos, que os surpreenderam pela calada da noite, os manietaram, e, dando-lhe boa comida e vestidos, e, dizendo-lhes palavras amorosas, os trouxeram à redução de São Tomé, onde eles ficaram com muito gosto e abraçaram a fé. (JAEGER, L.G., S.J. 1937, p. 19).*

Por um excerto como este, muito se pode inferir da metodologia de trabalho dos jesuítas. Se o objetivo era educar, qualquer argumento estaria *a priori* justificado e avalizado. Se essa educação se processava de maneira arbitrária e voluntariamente cega às diferenças culturais, não importava. A visão finalista da Cia. de Jesus, atenta sempre e mais aos resultados do que aos percursos, escamotearia intermitentemente a consideração do “outro” como o detentor de uma cultura toda própria, para ver nele apenas a *tabula rasa* de que já falava Pero Vaz de Caminha em sua famosa *Carta*:

*esta gente é boa e de boa simplicidade e imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar. (CAMINHA, P.V. de. 1974, p. 72)*

É, pois, com essa visão de mundo que os inicianos iniciam sua obra na Colônia. Com o desejo e a firme convicção de que o imaginário europeu que traziam seria facilmente transplantado aqui nos trópicos, e que a “semente” igualmente mencionada por Caminha medraria e frutificaria abundantemente:

*E para mais vos alegrar, também vos direi que se viu na  
Maniçoba, onde se matavam uns índios Carijós, outro índio, que com os  
Padres andava, oferecer-se com grande fervor e lágrimas a morrer pela  
fé, só porque aqueles morressem cristãos. (...) Pois, entre tão poucos,  
colher-se logo tal fruto, e com tão fracos obreiros: como será possível de  
N. Senhor mandar bons obreiros à sua vinha, com as partes necessárias,  
não se colher muito fruto? (NÓBREGA, M. da. 1954, 99-100)*

É preciso não esquecer que, vista como um todo, a representação simbólica jesuítica vai operar num *continuum*, desde a especulação sobre a conveniência do investimento no “plantio”, como vimos, até seus resultados concretos e insofismáveis. O *Auto de São Lourenço*, de Anchieta, além de mostrar o constante embate entre o Bem e o Mal, vai apresentar um final que só não é surpreendente porque tudo, na peça, já o anunciava de antemão. Surpreendente é a facilidade com que Anchieta compõe o 5.º ato, que mostra uma procissão de meninos índios entoando cânticos nos quais não apenas renegam tranqüilamente todas as crenças anteriores, chamando-as de “vícios”, como ainda se proclamam novos soldados de Cristo, dispostos, como os jesuítas, a lutar sem reservas pela preservação da fé cristã:

*Vem, leva-nos como teus,  
que ao teu lado ficaremos  
assustando esses ateus.*

*(ANCHIETA, J. de. ASL, p. 112)*

Com Anchieta, é, portanto, de se inferir que a semente caíra em solo tão fértil que não apenas frutificara: estava replantada; garantida, pois, a continuidade do projeto jesuítico. Não por acaso neste 5.º ato “fecham-se as cortinas” do *Auto de São Lourenço*.

Como um breve “balanço”, pode-se colocar em seu “passivo” o sacrifício e o martírio de São Sebastião e de São Lourenço, contrabalançados, porém, pelo “ativo” do castigo imposto aos imperadores Décio e Valeriano. Olho por olho. Isso num plano puramente cênico, embora a contabilidade jesuítica pudesse registrar ainda o lucro maior de seu investimento, que seria essa geração emergente para engrossar as fileiras da milícia inaciana. Milícia que, não nos esqueçamos, estava a serviço de um projeto expansionista europeu, neste caso, português, cujo “ato falho” não deixou de comparecer ao discurso, na voz do personagem Anjo:

*Também São Sebastião  
valente santo soldado,  
que aos tamoios rebelados  
deu outrora uma lição  
hoje está do vosso lado*

(...)  
*Os franceses seus amigos  
inutilmente trouxeram  
armas. Por nós combateram  
Lourenço, jamais vencido,  
e São Sebastião flecheiro.*  
(idem, p. 76-77)

Como se sabe, os franceses se haviam aliado aos tamoios, contra os quais estavam os portugueses e seus sublevados tupis. A enunciação de Anchieta é, portanto, comprometida com a supremacia portuguesa, ainda que, quantitativamente, não invista muito nesse dado – que, no entanto, aparece, ligeiramente que seja.

2. Do ponto de vista conceitual e filosófico, o século XVI teria tido, como denominador comum, o universo da similitude<sup>2</sup>, como assinala Michel Foucault, em suas quatro instâncias básicas: *convenientia* (ajuste, comunicação das propriedades); *aemulatio* (abolição da distância entre a coisa e sua representação); *analogia* (estabelecimento de redes de semelhanças, por sutis que fossem) e *simpatia* (provocação, pelo poder de atração, do aproximar dos mais distantes).

Em tal universo, como se vê, há uma total ausência da ruptura e de distância. Tudo se encaixa, tudo se ajusta, tudo caminha em direção ao mesmo, todas as coisas se assimilam umas às outras sem dificuldades aparentes, reiterando-se entre si, afirmando e reafirmando a continuidade-similaridade.

Num contexto assim configurado, observemos o teatro de Nóbrega e Anchieta. Se o projeto é corroborar o ideário conceitual e filosófico do século XVI, a realização não é nada menos que perfeita. Com Nóbrega, no *Diálogo sobre a conversão do gentio*, num processo de certa forma sofisticado, num movimento de texto que se processa por etapas, temos:

- a) a relutância dos catequistas quanto ao êxito da missão, em face das dificuldades a enfrentar, consubstanciadas em três “vícios” difíceis de expurgar: o nomadismo, a poligamia e o canibalismo dos indígenas;
- b) o vislumbre de uma recompensa pelo esforço a empreender: se a conversão do gentio não se processasse, haveria o consolo da salvação da alma... do catequista; ou seja, missionar equivaleria a remir seus próprios pecados;
- c) a crença na possibilidade da catequese, se vencidas as dificuldades iniciais, e até um certo entusiasmo final dos catequistas diante da missão que os esperava.

---

2 - FOUCAULT, M. 1981, p. 33

Vê-se, portanto, que Nóbrega trabalha do negativo para o positivo, de modo a ir eliminando, no percurso do texto, os eventuais argumentos contrários à noção de continuidade plasmada no mencionado ideário do século XVI.

Anchieta, por sua vez, no *Auto de São Lourenço*, sequer se dá ao trabalho de questionar a pertinência da catequese. Com absoluta tranqüilidade quanto a sua adequação ao contexto, apresenta a luta Bem x Mal com o objetivo didaticamente único de fazer o Bem triunfar, garantindo a similitude nem que fosse pelo simulacro (fazer do “outro” uma cópia imperfeita e mal-acabada do europeu-ele-mesmo).

Em ambos (Nóbrega e Anchieta), a representação especular de um sistema que se auto-referenciava em *continuum*, no qual os símbolos se ofereciam escancaradamente à decifração, ratificando a univocidade, a continuidade e a similitude.

Como vê-los, em contrapartida, dentro de um projeto literário?

3. É preciso assinalar, em primeira instância, que nenhum dos dois é reivindicado pela literatura portuguesa (ao contrário de Vieira, por exemplo), apesar de Anchieta marcar presença no índice onomástico da *História da literatura portuguesa*, de Antônio José Saraiva e Óscar Lopes. Apenas no índice. Nóbrega é uma ilustre ausência.

Nos compêndios de literatura brasileira, entretanto, ambos vão aparecer, com maior ou menor ênfase. Para Silvio Romero, Anchieta é “o mais antigo vulto de nossa história intelectual” (observe-se que ele não usa critérios estético-literários). Para Alfredo Bosi, Nóbrega está no mesmo plano de Pero Vaz de Caminha, vale dizer, no conjunto dos “textos de informação”<sup>3</sup>; Anchieta, entretanto, ganha do crítico um perfil mais literário, porquanto se inscreve “na melhor tradição popular anterior à Renascença”<sup>4</sup>, isto é, na “medida velha”<sup>5</sup>. Isso quanto aos poemas. Quanto aos autos, Bosi os tem como textos de “menor autonomia estética”<sup>6</sup>, limitando-se ao *status* de obra pedagógica. Como se vê, Bosi usa critérios literários para julgar essa produção, ao contrário de Ronald de Carvalho, por exemplo, que é capaz de assim justificar a presença de Anchieta na sua *Pequena história da literatura brasileira*:

*Nada mais justo (...) do que incluir não só em nossa história geral mas ainda na literária, o nome de um sacerdote como José de Anchieta, credor por muitos motivos da estima e admiração de todos*

---

3 - BOSI, A. 1978, p. 1

4 - idem, p. 24

5 - ibidem, p. 23

6 - ibidem, p. 25

*quantos habitamos este pedaço do solo americano, que ele regou com as suas lágrimas e ilustrou com os seus exemplos de cordura e destemor. (CARVALHO, R. de. 1925, p. 74)*

Massaud Moisés, por sua vez, mesmo referenciando a atividade pedagógica da literatura jesuítica como o seu maior motivo, não deixa de reconhecer, nessas obras, “as nossas primeiras manifestações poéticas, teatrais e pictóricas”<sup>7</sup>, destacando que “de todas [as artes], a poesia e o teatro encerravam substância literária”<sup>8</sup>.

Nelson Werneck Sodré, mais radical, não apenas vai negar a existência de uma literatura brasileira nos nossos dois primeiros séculos de colonização, como vai ainda afirmar que “Era tudo literatura portuguesa, aquela feita na metrópole e aquela elaborada na colônia”<sup>9</sup>. Com um agravante, para o mesmo crítico: o de a própria literatura portuguesa viver uma época de “decadência literária”<sup>10</sup>, no século XVI (Vamo-nos abster de entrar em maiores discussões, porquanto nosso objetivo é apenas rastrear a presença de nossos dois dramaturgos nos compêndios de literatura brasileira). Sodré reconhece, no entanto, que é possível encontrar em Anchieta uma “autêntica vocação literária” ao lado de “sua não menos autêntica vocação de missionário”<sup>11</sup>. E vai mais além: vê no autor do *Auto de São Lourenço* não apenas um precursor da literatura brasileira, mas ainda o detentor de uma qualidade extra:

*fiel à sua vocação de missionário, o trovista de Reritiba fez da arte instrumento de catequese e nesse instrumento e nesse sentido foi o nosso primeiro poeta político, ou interessado, ou engajado, se preferem. (SODRÉ, N. W. 1976, p. 81)*

Na *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Cândido, obviamente não aparecem Nóbrega e Anchieta, como não aparece qualquer reconhecimento de uma literatura brasileira anterior ao século XVIII. Cândido é peremptoriamente claro:

*A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas. (CÂNDIDO, A. 1975, p. 9)*

---

7 - MOISÉS, M. 1985, p. 26

8 - *ide*

9 - SODRÉ, N. W. 1976, p. 84

10 - *idem*, p. 56

11 - *ibidem*, p. 80

Afrânio Coutinho, por sua vez, marcando postura radicalmente apoiada na obnubilação, e servindo-se ainda de critérios estéticos, propugna pela valorização do conceito de Barroco, opondo-se da maneira mais forte aos critérios políticos que teriam norteado o pensamento de Cândido. Ao considerar, portanto, a existência de “uma literatura brasileira da fase colonial”<sup>12</sup>, entendida como o “ramo brasileiro da literatura de expansão ultramarina do quinhentismo português”<sup>13</sup>. Coutinho é o primeiro a considerar a efetiva possibilidade da existência de uma literatura brasileira já nos primeiros tempos da Colônia:

*Em verdade, a literatura brasileira emerge da literatura ocidental do Barroquismo. (COUTINHO, A. 1978, p. 79)*

Ainda que sob o mito do ufanismo – e, neste rol, Coutinho coloca Pero Vaz de Caminha, Bento Teixeira, Antonil, Cardim, Rocha Pita, Vicente do Salvador e, obviamente, Nóbrega e Anchieta.

Merece registro ainda a opinião de Joel Pontes, não só pela acuidade, mas até pela leveza com que trata a questão. Falando de Anchieta, diz:

*Os brasileiros contamo-lo entre os nossos porque dele nos apossamos através de uma espécie de usucapião por não o reclamarem por seu os historiadores das outras literaturas, ou, fazendo-o, não se empenharem nisso – como Nemésio, por exemplo. E só por brasileiro ou português poderia aparecer nas Histórias da Literatura, ou talvez ainda, simultaneamente nas duas condições, de tal modo se desligou da Espanha desde a adolescência coimbrã. (PONTES, J. 1976, p. 25)*

Mais contundente seria José Guilherme Merquior que, ao escrever o primeiro [e, infelizmente, único] volume de sua “Breve história da literatura brasileira”, intitulou-o *De Anchieta a Euclides*, reconhecendo de fato, não apenas a qualidade literária da produção desse jesuíta, mas ainda a de seu antecessor:

*A mais antiga página literária brasileira é o Diálogo sobre a conversão do gentio, escrito por Nóbrega em 1557 ou 58. (MERQUIOR, J. G. 1977, p. 8)*

---

12 - COUTINHO, A. 1978, p. 8

13 - idem, p. 7

Divisão de opiniões à parte, chega o momento de fazer algumas considerações que, se não devem ser tomadas como finais, tentarão pelo menos organizar melhor o pensamento que até agora nos guiou.

Do ponto de vista comercial e expansionista, a produção literária dos jesuítas não deixava de atender aos interesses portugueses, como vimos para citar só um caso, a referência nada lisonjeira aos franceses feita por Anchieta, ao relacioná-los com os tamoios que, por arrastamento de sentido, estariam do lado das forças do Mal contra os tupis, aliados dos jesuítas, do lado do Bem.

Se nos lembrarmos da pequena história que abriu esta reflexão, poderemos dizer que, nesse sentido, o teatro de Nóbrega e Anchieta é apenas um outro pelicano branco, em tudo igual ao que lhe deu origem, isto é, o projeto europeu expansionista e mercantil do século XVI. É reprodução. É teatro a serviço também do comércio.

Do ponto de vista conceitual e filosófico, observamos igualmente que o ideário quinhentista não deixou de ser respeitado, porquanto toda a literatura jesuítica se conforma à consagração da similitude, em qualquer de suas instâncias: quando se arroga o direito de estabelecer a *convenientia* de suas ações; quando faz da coisa representada a expressão concreta de quaisquer abstrações, atualizando a noção de *aemulatio*; quando estabelece todas as *analogias* visando ao reforço daquilo que deseja inculcar; e, por último, quando atrai *simpateticamente* o nativo, a fim de convertê-lo, de educá-lo e fazer dele mais um soldado de Cristo. Ainda a reprodução. Ainda o mesmo pelicano. Ainda a literatura portuguesa. Ainda o pensamento europeu. Onde a rasura? Onde a diferença nessa aparentemente monolítica continuidade?

Não nos esqueçamos de que a Colônia, a par de ser *reprodutora*, era ainda um *fornecedora* de matéria-prima para a Metrópole, e que esta matéria-prima era, nos primeiros séculos, pau-brasil e cana-de-açúcar. Nesse sentido, toda a “produção” colonial se resumia ao que se podia extrair *da terra*. “Portuguesa”, “brasileira” ou “luso-brasileira”, a verdade é que a produção *do espírito* (texto literário, de maior ou de menor qualidade) era a única possibilidade do estabelecimento de rasura no tão arraigado binômio continuidade-similitude, através da diferença, sutil que fosse. A acreditarmos na frase de Silviano Santiago que nos serve de epígrafe, teremos de reconhecer que o teatro jesuítico, com todos os defeitos que possa ter tido, pode ser considerado, pelo menos, como o núcleo de uma emergente literatura brasileira; se não ainda a omelete, o esboço de sua possibilidade: o gesto inovador de quem se recusa a permanecer observando o ovo a se reproduzir indefinidamente e se prepara, e se aparata, e estende a mão para quebrá-lo.

## ABSTRACT

An examination of theatrical texts produced by these 16<sup>th</sup>-century Jesuits, from two angles: as part of a mercantile, expansionist project; and as a demonstration of prevailing philosophical bases, in the light of Foucault's concept of *similitude*.

The work tracks references to Nóbrega and Anchieta in several histories of Brazilian literature, in an attempt to identify what might be called a Brazilian core in the writings of the two Jesuits, in spite of the seemingly European configuration of their texts.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA, José de. *O auto de São Lourenço*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d
- AZEVEDO, Fernando d. *A cultura brasileira*. 5. ed., São Paulo: Melhoramentos, EDUSP, 1971.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed., São Paulo: Cultrix, 1978.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Trad. de Reynaldo Bairão. 2. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CAMINHA, Pêro Vaz de. *Carta a el-rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet 1925.
- CASTRO, Fernando Pedreira de. *Crônica da Igreja do Brasil - Período Pré-anchietano*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.
- COELHO, Jacinto do Prado (dir.). *Dicionário de literatura*. Porto: Figueirinhas, 1978, vol. II.
- COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à literatura no Brasil*. 9. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchai. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- HOISEL, Evelina. "A oscilação das marcas no jogo da festa". In: *Caderno de Opinião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, julho de 1979.
- JAEGER, Luiz Gonzaga. *A família guarani cristianizada*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso 1937.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira -I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. 2. ed., São Paulo: Culturix, 1985, vol. I.
- \_\_\_\_\_, PAES, José Paulo. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. 2. ed., São Paulo: Cultrix, 1980
- NÓBREGA, Manuel da. *Diálogo sobre a conversão do gentio*. Lisboa: Comissão do Centenário da Fundação de São Paulo/Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1954.

- PONTES, Joel Albuquerque. *Teatro de Anchieta*. Recife, 1976. Tese para a Docência Livre, Universidade Federal de Pernambuco, Instituto de Letras. Mimeo.
- SANTIAGO, Silvano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SARAIVA, Antônio José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 8. ed., Porto: Porto Ed., 1975.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*: 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Síntese de história da cultura brasileira*. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil - 1500-1640*. São Paulo: Loyola Edições, 1982.